Lição 11: A Virtude e o Vício Dependem de Nós

> *Sendo, pois, o objeto da vontade o fim, e sendo objeto de deliberação e de escolha aquilo que é para o fim, as operações que se referem a estas coisas serão segundo a escolha e voluntárias. Ora, as operações das virtudes referem-se a estas coisas. Portanto, também a virtude está em nós. [496]*
>
> *Do mesmo modo, porém, também a malícia. Pois, naquelas coisas em que está em nós operar, também está em nós não operar; e naquelas em que está em nós não operar, também operar. Portanto, se operar o bem está em nós, também não operar o mal estará em nós; e se não operar o bem está em nós, também operar o mal estará em nós. [497]*
>
> *Se, porém, está em nós operar os bens e os males, e do mesmo modo não os operar, e isto era ser bons e maus, então estará em nós ser honestos e perversos. [499]*
>
> *Ora, dizer que ninguém é mau querendo nem bem-aventurado não querendo, isto em parte se assemelha ao falso e em parte ao verdadeiro; pois ninguém é bem-aventurado não querendo, mas a malícia é voluntária. [500]*
>
> *Ou deve-se duvidar acerca do que agora foi dito, e não se deve dizer que o homem é princípio e gerador das operações, assim como também dos filhos? [501]*
>
> *Se, porém, estas coisas parecem assim e não temos como reduzi-las a outros princípios além daqueles que estão em nós, cujos princípios também estão em nós, também estas coisas estão em nós e são voluntárias. [502]*
>
> *Ora, isto parecem testemunhar tanto as coisas próprias que provêm dos particulares, como também os próprios legisladores: pois punem e castigam os que operam males, todos quantos não os operam por força ou por causa de uma ignorância de que eles mesmos não são causa, e os que operam bens honram, como que estimulando estes e proibindo aqueles. Ainda que, para aquelas coisas que não estão em nós nem são voluntárias, ninguém estimula a operar, como nada aproveitando persuadir antes da obra, por exemplo, a não se aquecer, ou não sofrer, ou não ter fome, ou qualquer outra coisa semelhante,*

> *pois nada menos padeceremos estas coisas. [503]*
>
> *E, com efeito, punem também no próprio ignorar, se parece ser causa da ignorância. Por exemplo, aos ébrios dobrada repreensão; pois o princípio está nele mesmo, visto que é senhor de não se embriagar, e isto é causa da ignorância. E punem os que ignoram algo das coisas que estão nas leis, que é preciso saber e que não são difíceis. Do mesmo modo também nas outras coisas, todas quantas parecem ignorar por negligência, como estando neles mesmos não ignorar, pois são senhores de ser diligentes. [505]*

496. ***Sendo, pois*** etc. Depois que o Filósofo determinou acerca do voluntário, da escolha, da deliberação e da vontade, que são princípios dos atos humanos, aqui aplica aquilo que foi dito aos vícios e às virtudes.

E a respeito disso faz três coisas:

primeiro, determina a verdade;

segundo, exclui um erro, ali: ***ora, dizer que ninguém querendo*** etc.;

terceiro, faz o epílogo daquilo que foi dito acerca das virtudes, ali: ***em comum, pois*** etc.

A respeito do primeiro, faz três coisas:

primeiro, segundo aquilo que foi dito, mostra que a virtude está em nós, isto é, em nosso poder;

segundo, mostra o mesmo acerca da malícia, ali: ***do mesmo modo, porém*** etc.;

terceiro, mostra a razão da consequência, ali: ***se, porém, está em nós*** etc.

Diz, pois, primeiro que, sendo a vontade do fim, e a deliberação e a escolha daquelas coisas que são para o fim, é consequente que as operações que se referem a estas coisas, a saber, àquelas que são para o fim, sejam segundo a escolha e, por consequência, que sejam voluntárias, porque a escolha é algo voluntário, como foi dito acima. Mas as operações das virtudes referem-se às coisas sobreditas. Portanto, são voluntárias. E, por consequência, é preciso que também a própria virtude seja voluntária e esteja em nós, isto é, existindo em nosso poder.

497. Em seguida, quando diz: ***do mesmo modo, porém*** etc., mostra o mesmo acerca da malícia, isto é, do vício oposto à virtude. E diz que, por semelhante razão, também a malícia é voluntária e existe em nós, porque as suas operações são tais. E o prova assim, porque, se operar está em nosso poder, é preciso também que não operar esteja em nosso poder, pois, se não operar não estivesse em nosso poder, seria impossível que não operássemos, e portanto seria necessário que operássemos, e assim operar não seria a partir de nós, mas por necessidade;

498. e do mesmo modo diz que, naquelas coisas em que não operar está em nosso poder, é consequente que também operar esteja em nosso poder, pois, se operar não estivesse em nosso

poder, seria impossível que operássemos, e portanto seria necessário que não operássemos, e assim não operar não seria a partir de nós, mas por necessidade; assim, pois, deve-se dizer que, em quaisquer coisas em que a afirmação está em nós, também a negação, e inversamente. Ora, as operações das virtudes e dos vícios diferem segundo a afirmação e a negação, por exemplo, se honrar os pais é bem e ato de virtude, não honrar os pais é mal e pertencente ao vício; e se não furtar pertence à virtude, furtar pertence ao vício. Por isso é consequente que, se a operação das virtudes está em nós, como foi provado, também a operação do vício esteja em nós. E assim, por consequência, o próprio vício estará em nós, isto é, em nosso poder.

499. Em seguida, quando diz: ***se, porém, está em nós*** etc., atribui a razão da sobredita consequência, a saber, que, se as operações estão em nós, também os hábitos estão em nós. E diz que, se está em nosso poder operar ou não operar bens ou males, como agora foi mostrado, visto que, por operar ou não operar o homem o bem ou o mal, se torna bom ou mau, como foi mostrado no livro II, é consequente que esteja em nosso poder ser honestos, isto é, bons, segundo o hábito da virtude, e perversos, segundo o hábito do vício.

500. Em seguida, quando diz: ***ora, dizer que ninguém*** etc., exclui um erro acerca das coisas sobreditas.

E primeiro exclui o próprio erro;

segundo, as suas raízes, ali: ***mas talvez tal*** etc.

A respeito do primeiro, faz três coisas:

primeiro, propõe a exclusão do erro;

segundo, sobre isto move uma dúvida, ali: ***ou acerca do que agora foi dito*** etc.;

terceiro, determina a verdade, ali: ***se, porém, estas coisas parecem*** etc.

Quanto ao primeiro, deve-se considerar que alguns disseram que ninguém é mau querendo, nem alguém é bem-aventurado ou bom não querendo; e o diziam porque a vontade por si tende para o bem, pois o bem é o que todas as coisas apetecem, e por consequência a vontade por si foge do mal. Diz, portanto, que uma destas afirmações parece verossimilmente ser falsa, a saber, que ninguém seja mau querendo, pois a malícia é algo voluntário; a outra, porém, parece ser verdadeira, a saber, que ninguém seja bem-aventurado ou bom não querendo.

501. Em seguida, quando diz: ***ou nas coisas agora ditas*** etc., suscita uma dúvida acerca do que foi dito. Pois se é verdade que as ações das virtudes e dos vícios são voluntárias e, por consequência, a virtude e a malícia, é claro ser verdadeiro o que agora foi dito. Mas porventura há alguém que creia dever-se duvidar do que foi dito, de modo que diga que o homem não é o princípio de suas próprias obras nem seu gerador ao modo pelo qual o pai é princípio dos filhos? Como se dissesse: "É de admirar se alguém disser isto."

502. Em seguida, quando diz: ***se, porém, estas coisas parecem*** etc., confirma a verdade.

E primeiro pela razão;

segundo pelos sinais, ali: ***a estas coisas, porém, parecem*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, se estas coisas, a saber, a deliberação, a escolha e a vontade, que estão em nosso poder, parecem ser princípios de nossas operações, e não podemos reduzir nossas operações a outros princípios senão àqueles que estão em nosso poder, isto é, à deliberação e à escolha, segue-se que também nossas operações boas ou más estão em nosso poder, pois aquelas coisas cujos princípios estão em nosso poder também elas estão em nosso poder e são voluntárias.

503. Em seguida, quando diz: ***a estas coisas, porém, parecem*** etc., manifesta o proposto pelos sinais.

E primeiro naquelas coisas que manifestamente são voluntárias;

segundo naquelas que parecem ter algo de involuntário, ali: ***pois também no próprio ignorar*** etc.

Diz, portanto, primeiro que ao que foi dito, a saber, que as operações das virtudes e dos vícios estão em nós, parecem dar testemunho as coisas próprias que são feitas por cada uma das pessoas privadas; pois todo pai de família pune o filho ou o servo que age mal. E do mesmo modo dão testemunho as coisas que são feitas pelos legisladores que têm o cuidado da coisa pública: pois eles punem, mais levemente, ou atormentam, mais gravemente, aqueles que praticam males, contanto que não façam isto por violência ou por ignorância, ignorância da qual eles próprios não são causa (pois se agissem por força ou ignorância, suas obras não seriam voluntárias, como é evidente pelo que foi dito acima), donde é manifesto que os punem como quem age voluntariamente,

504. e do mesmo modo honram os que praticam bens voluntariamente, como que provocando pelas honras os bons ao bem e proibindo pelas penas os maus dos males. Ninguém, porém, provoca alguém a praticar aquelas coisas que não estão em nosso poder nem são voluntárias, pois em tais coisas a persuasão antes da obra é totalmente inútil; como se alguém persuadisse a outro a não se aquecer no verão ou a não sentir dor na enfermidade ou, subtraídos os alimentos, a não ter fome, ou se houver alguma outra coisa tal que não esteja em nosso poder, pois nem por isso, por causa da persuasão, sofreríamos menos estas coisas. Se, portanto, não somos provocados àquelas coisas que não estão em nós, mas somos provocados a fazer o bem e a evitar o mal, segue-se que estas coisas estão em nós.

505. Em seguida, quando diz: ***pois também no próprio ignorar*** etc., manifesta o mesmo naquelas coisas que parecem ter algo de involuntário. A ignorância, porém, causa o involuntário, como foi dito acima. Contudo, se nós próprios somos causa da ignorância, a ignorância será voluntária e por ela seremos punidos. Ora, alguém é causa da ignorância de dois modos. De um modo, diretamente, fazendo algo, como é evidente naqueles que se embriagam e por isso se tornam ignorantes; os quais devem ser censurados de dois modos: primeiro, porque se embriagaram; segundo, porque a partir da embriaguez cometeram algum pecado; pois o princípio da embriaguez está no poder do próprio homem, porque o homem é senhor de não se embriagar, isto é, tem isto em seu poder; a embriaguez, porém, é causa da ignorância e assim, por

consequência, o homem é causa da ignorância.

506. De outro modo, o homem é causa da ignorância indiretamente, pelo fato de não fazer aquilo que deve fazer; e por isso a ignorância daquelas coisas que é obrigado a saber e pode saber é reputada voluntária, e por ela os homens são punidos, e isto é o que diz, que os legisladores punem os que ignoram aquilo que está estatuído pela lei, o que todos devem saber, como que não se deve furtar, e que não são coisas difíceis, como as sutilezas do direito que nem todos são obrigados a saber, porque nem sequer o poderiam. E o mesmo se dá também em outras coisas quaisquer que os homens parecem ignorar por negligência, pois estava em seu poder não ignorar; pois são senhores, isto é, têm em seu poder, de ser diligentes e não negligentes.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:05:09 by Admin
Updated 15 October 2026 23:02:27 by Admin